



12ª MOSTRA DE PROJETOS DE EXTENSÃO

S.O.S CONSUMIDOR: SERVIÇO JURÍDICO DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

VILMAR PINA DIAS JUNIOR

A sociedade moderna capitalista alterou as relações de consumo, agravada pelos efeitos da globalização e implantação tecnológica geraram um cenário que reflete nas relações sociais, econômicas e jurídicas. Para Bauman, a aquisição de uma mercadoria está relacionada as obrigações impostas pelo mercado: “Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria” (BAUMAN, 2008, p. 20). Com esse intuito o presente projeto de extensão, tem como objetivo estimular os acadêmicos de direito a pesquisar e problematizar as questões que envolvem as relações de consumo, proporcionando ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a prática real na área do direito do consumidor, atendendo a comunidade bajeense insuficiente economicamente e juridicamente e capacitar e conscientizar os microempreendedores individuais (MEI). Também realiza o atendimento de consumidores hipossuficientes pelos acadêmicos e professores do curso de direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP, visando a mediação de conflitos, quanto no contencioso judicial. O trabalho justifica-se pelo advento da complexidade da sociedade moderna, aumentou a demanda das relações de consumo, que acabam refletindo nas relações sociais, econômicas e jurídicas, reflexo das modificações realizadas pela globalização e a implantação de novas tecnologias, ampliando as esferas de consumo, pois não somente as classes alta e média foram atingidas pelos problemas do consumo, mas a classe baixa que teve acesso ao consumo nas últimas duas décadas. Em decorrência disso, desenvolveu-se o projeto na área de direito do consumidor de fatos relevantes como: (i) a realização da proteção jurídica aos direitos do consumidor é de extrema importância em uma sociedade capitalista globalizada, pois a hipossuficiência do consumidor em uma relação de consumo impede o equilíbrio da relação jurídica; (ii) a possibilidade de resolver os conflitos através da mediação, quando o acesso à justiça não é universal no território brasileiro; (iii) pela necessidade do aluno do curso de direito aliar a aprendizagem teórica da sala de aula com a prática real, através do atendimento da comunidade de questões consumeristas, despertando o senso crítico e um comprometimento com a sociedade local. Os extensionistas são alunos do décimo semestre, fase final do curso, que se deparar com situações reais de conflitos de consumo, proporcionando um enriquecimento acadêmico e profissional. O aluno realiza o atendimento, tentando em primeiro momento a conciliação entre as partes e se for necessário a via judicial, confeccionando as peças processuais e recursos, no âmbito do juizado especial, sempre sob a supervisão de um professor/orientador. Com o desenvolvimento do projeto se mantém um órgão

permanente de atendimento ao consumidor junto a Universidade da Região da Campanha-URCAMP, possibilitando a capacitação e aparelhamento da equipe, do serviço de assistência jurídica da URCAMP e do local, que permanecerá funcionamento após a conclusão do projeto, mantendo-se o atendimento aos consumidores. Para Santos (2008, p. 39-40), as assessorias jurídicas universitárias populares são importantes para possibilitar a busca pelos direitos da universalidade de cidadãos. Nesse contexto, os consumidores têm nos Núcleos Universitários a possibilidade de conhecer direitos, ter mediados seus conflitos e de demanda judicial. O público alvo que pretende-se atingir são consumidores financeiramente insuficientes, nas relações de consumo de pequenos valores, do qual os advogados não tem interesse em agir, pois são economicamente irrelevantes. A capacitação de microempreendedores sobre assuntos referentes ao direito do consumidor. O primeiro semestre do projeto foi no segundo semestre de 2016, teve como resultado a participação de onze estagiário do décimo semestre do curso de direito, atendendo no laboratório instalado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da URCAMP, que recebeu aporte de 27.932,16 em equipamentos de projeto apresentado ao Ministério Público Federal, como 01 ar condicionado 18.000 btus samsung, 02 tv led 49, 02 impressora laser, 10 computadores, 10 cartuchos toner, efetuando 12 Consultas Jurídicas, 04 Processos Ajuizados perante o Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça do RS, 02 processos em andamento, 01 processos concluído, 01 acordos judicial, 04 Audiências de conciliação, 01 audiência de instrução. Conclui-se que o projeto ocorreu de forma satisfatória no segundo semestre de 2016, prejudicado em parte, por não ter concluída a instalação de todos os equipamentos, mas sem prejuízos dos atendimentos (consultas) e o ajuizamento de ações. Espera-se ter nos próximos semestres um número mais expressivo, devido a divulgação e o costume da comunidade em buscar os direitos do consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: CONSUMIDOR – ACESSO – JUSTIÇA